



COLLING Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

Daniel Moura

O PAU DE CHICO E FRANCISCO

Esta é uma resenha sobre o livro *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer* de Leandro Colling - professor adjunto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, ambos da Universidade Federal da Bahia, Brasil. O autor pesquisa as relações entre as sexualidades, os gêneros, as culturas e as políticas. Ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), gestão 2011-2012, e ex-integrante do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT), do governo federal. Coordenador do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS).

Já que a ideia do livro é que “os outros sejam o normal”, começo este *babado* já com gritaria e confusão, tentando minimamente uma aproximação com o tom *gostoso* empregado pelo autor para tratar dos temas abordados, *flertando* com uma linguagem, talvez, mais apropriada para tratar de assuntos acerca de gênero, fugindo, assim como o autor, do formato acadêmico e criando um laço, digamos, *orgásmico*, fruto da leitura do trabalho. Tendo explicado as minhas intenções, abro esse *bafão* com a seguinte pergunta: “o pau que dá em Chico, dá em Francisco?” ou seja, a lei que serve para um serve para todos?. O uso dessa

expressão popular nos serve agora para introduzir, paulatinamente... o argumento central do livro, a partir do meu olhar de leitor, qual seja, as tensões existentes entre militância LGBT e ativismo *queer* não impedem, por vezes, uma confluência de agendas na constituição de uma política, que por um lado busca legitimações jurídicas, e por outro, exige um olhar atento às diferenças presentes na própria minoria. Uma compreensão possível para o uso da expressão popular que envolve Chico e Francisco - LGBT e *queer* – pode ser pensada a partir da noção que constrói agendas diferenciadas e que nem sempre o pau que dá em Chico, dará em Francisco. Todas as conotações de toda ordem são bem vindas agora!

Vamos adiante penetrando um pouco mais em... ou melhor, na abordagem feita por Colling, subvertendo, assim como o autor do livro, a normatividade das apresentações de argumentos científicos.

O livro trata de uma pesquisa de estágio de pós doutorado intitulada *Políticas para o respeito às diferenças sexuais e de gêneros na ibero-américa: conquistas e tensões atuais entre movimentos LGBT e ativismos queer*, realizada entre 2013 e 2014, no Centro de Estudos Sociais de Coimbra, em Portugal, que tem como foco maior, observar e analisar as tensões existentes entre ativismo *queer* e movimento LGBT.

O pesquisador deu um *bordejo* por dois países da América Latina (Argentina e Chile) e dois países da Europa (Portugal e Espanha), entrevistando ativistas e/ou pessoas que pesquisam as temáticas LGBT e *queer* nesses países. Esta escolha se justifica pela presença de conquistas importantes no combate à homo-lesbo-transfobia, ao mesmo tempo em que existem nesses países coletivos que se autodenominam *queer* ou de *dissidência sexual*, como diz o autor.

A escrita de Colling, somada a apresentação de Berenice Bento, divide o livro em duas partes maiores que são os *Flertes* e as *Transas* e uma terceira parte mais curta, o *Cigarro*. Ao final há uma extensa e aprofundada lista de referências e os apêndices, em que estão os nomes dos 35 entrevistados, além do local e data das entrevistas.

Ainda esclarecendo aspectos importantes da obra, Colling destaca que outros assuntos adjacentes ao objetivo principal são abordados a partir das tensões entre as militâncias: um deles diz respeito a um equívoco em tratar o ativismo *queer* como um movimento sem pretensões identitárias quando na realidade é hiper-identitário¹; e o outro reposiciona a compreensão de que o ativismo *queer* não expande o seu alcance para além da academia.

A intenção em relação ao todo da obra, é de dar mais atenção à continuidade de assuntos e reflexões já realizadas pelo autor e pelo campo de Estudos Queer e menos de apresentar novos olhares, mas sempre com o intuito de *explodir* com uma dicotomia entre teoria e prática na defesa pela evidencia de que estas esferas são interpenetradas uma pela outra. *Humm... yes!*

Embora Colling não tenha mencionado, acho importante umas *preliminares...* aí vão as minhas para iniciar uma abordagem pessoal sobre a estrutura e conteúdo do livro.

Pra mim, *flertar*, pode significar desde “*dar ousadia*”, “*frete*” (para usar um termo bem baiano) e dar um

“*bordejo*” (no sentido de olhar o espaço e ver o que *rola* de possibilidades afetivas imediatas ou só estabelecer contatos de sedução visual, expor a figura na medina, na *pixta!*).

Entretanto a intenção de Colling, ainda que prazerosa, é acadêmica. De início a justificativa da pesquisa era fazer um mapeamento e análise de grupos significativos e institucionalizados do movimento LGBT de cada país, bem como, os principais coletivos do ativismo *queer* ou, como o autor chama, “*de dissidência sexual de gênero*”. No entanto, como nos diz Pareyson (1997) sobre os problemas da estética, a obra, em seu próprio fazer, foi indicando as suas próprias regras para o autor, apontando o caminho a ser seguido, e o curso da escrita caminhou para um estabelecimento de diferenças entre as duas formas de militância.

Na parte dos *Flertes*, *narrativa* e *análise*, como modalidades estilísticas do texto, constantemente abrem espaço para novas perguntas à medida em que o autor se depara com situações que problematizam o seu olhar sobre temas como as críticas que o movimento *queer* lança sobre o que se convencionou chamar de paradigma da igualdade e sobre o uso do essencialismo estratégico que acompanha as práticas políticas dos movimentos LGBT.

As *Transas...* quais são as minhas preliminares ao tecer considerações sobre isso? Pra mim, transar pode significar algumas coisas desde gozar sem penetração, gozar sem contato, não gozar e viver o êxtase do contato, ou mesmo ter todas essas sensações em um beijo de arrancar a alma. E também diria outras coisas, mas acho que #transgressãotemlimitenaacademia, o que me impede de fazê-lo.

Me sentindo mais íntimo, posso dizer que Colling transa em sua pesquisa como quem investiga no outro os espaços de prazer mas que nem sempre é bem sucedido. Este alerta já é dado pelo próprio autor para deixar claro que sexo não é sempre gostoso e que neste momento da escrita, análise, elogio e crítica, se entrecruzam algumas coreografias escritas em busca dos pontos de tensão e prazer. Por vezes a transcrição das entrevistas deixa a leitura cansativa e repetitiva nos

¹ Mesmo considerando os estudos *queer* como hiper-identitários, Colling observa que, a partir de sua pesquisa, este fato não prescinde das críticas feitas pelo próprio ativismo às políticas identitárias LGBT que se inscrevem dentro de uma lógica heteronormativa.

assuntos, com momentos de pouca penetração do autor, o que definitivamente não desabona a sua performance. É apenas aquele momento durante a transa de *tomar um fôlego* ou quem sabe *ver um filmezinho pornô e voltar a dar um trato nx parceirx*.

Tendo cumprido as preliminares buscaremos a partir de agora outras zonas de prazer. Para dinamizar a escrita e propor uma leitura mais dinâmica em função dos objetivos de uma resenha, apresentarei os *Flertes* e as *Transas* reunindo Portugal e Espanha em *Perspectivas Europeias* e Argentina e Chile em *Perspectivas Latinoamericanas*. Essa classificação não foi usada pelo autor, mas foi uma forma que elegi para organizar melhor a escrita deste trabalho.

Perspectivas Européias

Em Portugal a experiência de Colling destaca o professor, antropólogo e ativista Miguel Vale de Almeida, responsável pelo mandato do Partido Socialista (PS) que aprovou o projeto de lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo no ano de 2010, o que colocou Portugal, nos últimos 15 anos, como um país onde existiu maiores avanços em marcos legais diretamente ligados às questões LGBT. No entanto, existem lacunas legais que não reconhecem, por exemplo,

o casamento entre portugueses e estrangeiros do mesmo sexo, a possibilidade de concessão de asilo às pessoas perseguidas por orientação sexual, o fim da proibição da doação de sangue por homossexuais e a permissão da adoção (COLLING, 2015, p. 35).

Segundo Colling a preocupação da maioria das pautas do movimento LGBT consiste em efetivar marcos legais tentando solucionar questões pendentes de parentalidade, como a adoção e a coadoção, por exemplo, que ficou proibida a partir da mesma lei que permitiu o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre este ponto a crítica dissidente, na pessoa do ativista do Coletivo Panteras Rosa, Sérgio Vitorino, diz que a negociação não foi eficiente porque colocou em cheque a discriminação da adoção em função da legalização do casamento.

Segundo a obra de Colling um ponto de vista sobre a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo diz respeito ao modo de olhar para a instituição

do casamento como o lugar da legitimação de direitos que, a partir de uma perspectiva heterocentrada, ignora outras formas de dissidência sexual e de gênero e se limita a reconhecer certos benefícios sociais em outros modos de vida conjugal que não se aproximem da norma. Ou seja, o casamento torna-se uma sombra a qual todas as formas de vida em conjugalidade (a dois) devem se submeter caso a intenção seja adquirir determinados acessos a direitos.

Outra tensão que pode ser percebida na pesquisa de Colling é a percepção de que a lei não modifica necessariamente o comportamento do agressor. Muito embora as leis coibam atos discriminatórios ou de violência física ou moral, não impedem que eles aconteçam. Portanto existe uma diferença entre educar e conquistar direitos. Talvez seja a partir desse ponto de vista que o ativismo *queer* se empenhe em suas causas e agendas, afirmando a sua existência pela diferença. A sua presença em ação nos movimentos sociais podem indicar um viés educacional sustentado por uma política de afirmação da diferença que se faz reconhecer em atos, na maioria das vezes radicais.

Com relação à Espanha, Colling inicia dizendo que existe uma similaridade nas pautas LGBT e do ativismo *queer* nos quatro países onde realizou a pesquisa, afirmando com isso que,

As leis e demais normas institucionais são instrumentos importantes, geram impactos positivos tanto legais como simbólicos, mas são absolutamente ineficientes para acabar com os preconceitos gerados pelas diferenças sexuais e de gêneros (COLLING, 2015, p. 189).

Como aponta, na Espanha o ativismo *queer* possui três frentes principais que transitam entre si e entre os estudos acadêmicos, como ações nas ruas e performances com cursos e vídeos de pós-pornografia. Essa observação alerta para o fato de que, mesmo com o trânsito existente entre participantes de ativismos diferentes, as dissidências não deixam de existir, constatando portanto, que não é possível considerar os estudos *queer* como um bloco homogêneo. Talvez seja justamente o caráter heterogêneo do ativismo *queer* que favoreça uma produção ativa, não só na Espanha, como também nos outros países, uma maior produção de coletivos interessados no tema das sexualidades. Ou seja, o ativismo *queer* provoca a formação e profusão de

novos ativistas e coletivos; “o que não se vê no chamado movimento LGBT, que parece estagnado” (COLLING, 2015, p. 234). A observação de Colling para esta estagnação, se justifica pelo fato dos movimentos LGBT não incorporarem pautas dos coletivos *queer*, e por uma pressuposição de que todos os movimentos devam confluír para uma homogeneidade, gerando uma forma de violência ao submeter as diferenças e singularidades a objetivos comuns.

Outro ponto importante a ser destacado, é que mesmo com as diferenças de atuações do ativismo *queer* e do movimento LGBT, há pontos em que os dois movimentos compactuam em pautas comuns, como as mudanças necessárias na lei de identidade de gênero e as críticas ao abandono, por parte desses movimentos, das políticas de prevenção e combate ao HIV/Aids e de assistência aos soropositivos.

Perspectivas latinoamericanas

No Chile, em volume de escrita, Colling *transou* mais intensamente do que *flertou*... Uma das principais tensões entre o movimento LGBT e o ativismo *queer* gira em torno da Lei Daniel Zamudio, que surgiu em homenagem a um adolescente que foi atacado por quatro pessoas em 2012, vindo a falecer 25 dias após o ocorrido. As críticas de Colling mencionam que a lei foi implementada depois de ter sofrido muitas modificações e que a consequência é que o combate à homofobia não acontece sem ações afirmativas, porque como já vimos anteriormente, as leis não educam quando estão abandonadas apenas a uma determinação legal punitiva. E no caso da Lei Daniel Zamudio, toda a arrecadação de indenizações vai para o Estado, desestimulando, como afirma Colling, a busca pela justiça.

A Lei Daniel Zamudio é uma lei antidiscriminação mas, no entanto, como bem alerta o ativismo, discrimina o próprio direito à diferença que deveria agregar, quando o governo de direita resolve incluir indígenas, deficientes, lésbicas, travestis, homossexuais, imigrantes e todos que se sentem discriminados sob o mesmo guarda chuva. Ou seja, no Chile, segundo Colling, para a mídia e para a luta

política vale mais um homossexual discriminado do que uma minoria imigrante, travesti ou pobre. Em face a muitas críticas, “o movimento LGBT tem como uma de suas prioridades modificar a lei ou propor alguma outra que preencha as lacunas” (COLLING, 2015, p. 124). Desta forma a pauta das discussões no Chile analisadas pelo autor também inclui o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o combate e prevenção ao HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST), políticas públicas para a educação e cultura e a luta pelo fim da violência homo-lesbo-transfóbica.

Com relação ao casamento igualitário, o Chile conquistou através do movimento LGBT a aprovação da lei que garante a união civil entre pessoas do mesmo sexo. A crítica *queer* latinoamericana é similar a europeia quando pondera a respeito do casamento como uma homonorma, reflexo de uma heteronorma, em que não há uma problematização do matrimônio como uma validação do sistema e nem uma discussão sobre sexualidade e gênero, deixando a desejar uma discussão sobre as condições prévias que envolvem esses assuntos.

Como o pau que dá em Chico nem sempre dá em Francisco... para o movimento trans* Chileno a prioridade está na aprovação da lei de identidade de gênero que tramita no Parlamento desde 2008. A consideração é que esta lei inclui uma população mais marginalizada e trabalha pela igualdade de direitos. Desta maneira está implícito o que é o reconhecimento do matrimônio igualitário porque o projeto tem como base, entre outros princípios, a liberdade absoluta da decisão sobre o corpo.

Seguindo para a Argentina, uma das informações mais importantes sobre a conquista de marcos legais está na aprovação do casamento igualitário em 2010 e, em

9 de maio de 2012, a Lei de Identidade de Gênero, que permite que qualquer pessoa mude a sua identidade de gênero assim que desejar, sem a obrigatoriedade da cirurgia de redesignação sexual ou qualquer diagnóstico médico. Essa lei é considerada a mais avançada do mundo e se transformou em uma grande aliada da luta mundial contra a patologização das identidades trans (COLLING, 2015, p. 54).

Os marcos legais são importantes e, talvez, isso seja inegável. No entanto, há que se ter uma eficácia na aplicação dos direitos conquistados. O que foi

observado no conjunto das entrevistas realizadas por Colling acerca da Lei de Identidade de Gênero é que o cumprimento das condições que a lei implica não têm sido totalmente eficazes. A lei implica tratamentos hormonais, o que para as lideranças governamentais imprime um alto custo nas finanças públicas e portanto, em termos de saúde estatal, funciona de forma rudimentar. A lei restringe também a identidade de gênero entre homem e mulher, reificando o apagamento das identidades trans não normativas. Desta forma a lei não considera o deslocamento entre a imagem que o gênero, em principio, implica, ou seja, o estado não reconhece as travestis que reivindicam que “o ideal é que não existam categorias, porque a experiência humana não é categorizável”².

Como fica claro, o discurso do ativismo *queer* está sempre empenhado em apontar a diferença como potência ao direito de existir fora de qualquer norma restritiva. Muito embora não existam atualmente coletivos que se autodenominem de ativismo *queer* na Argentina, este fato é importante para pensar os modos pelos quais as dissidências podem se fazer presentes e visíveis. A sugestão de Colling para essa pesquisa e para uma leitura crítica dos estudos *queer*, é que haja um esforço de compreensão que pense esses estudos com cores mais latinas e/ou ibero-americanas, “aprendendo com as expressões de injúria e dissidências sexuais e de gênero de cada local por onde vivemos ou passamos” (COLLING, 2015, p. 181).

Por fim esta pesquisa tomou a imagem do *Cigarro* como uma metáfora para falar de algo que aparentemente chegou ao fim, todavia, para quem fuma, o cigarro é também fonte de um novo prazer e assim, prazerosamente, e sem determinismos de caráter conclusivos, prolongando o prazer do sexo como um gesto inacabado. Nesse sentido Colling traz nessa parte final do livro algumas observações que dizem respeito ao modo pelo qual os movimentos LGBT são afetados por pautas do movimento *queer* e menciona que a crítica que se estabelece é à contradição entre a edificação de um grau de respeitabilidade em função

ao que se deixa de ganhar com o “estado regulando as relações, desejos e configurações de parentesco” (COLLING, 2015, p. 239).

Para o *queer*, o interessante é a fluidez das identidades e a importância que todas elas, transitórias ou não, possuem, sem que sejam hierarquizadas; o que nem sempre acontece com os movimentos LGBT quando priorizam as questões *gays* ao negarem a utilização de conceitos como o de transfobia e lesbofobia, por exemplo. Para Colling é importante compreender “o campo das sexualidades e dos gêneros de uma forma um pouco menos normativa e crítica, abrindo mão de explicações genéticas e/ou biologizantes e patológicas para explicar as orientações sexuais e as identidades de gênero” (COLLING, 2015, p. 244). Essas rupturas entre as fronteiras limitantes entre o movimento LGBT e o ativismo *queer* não são frequentes mas devem ser consideradas e mencionadas, em função de valorizar a potência de um diálogo mais profícuo entre ambos os movimentos.

O fruto desta pesquisa inspira, como diz Colling, a pensar a genealogia *queer* a partir de perspectivas locais com o intuito de criar políticas que possam ao mesmo tempo reunir marcos legais sem ignorar particularidades, diferenças de corpos e comportamentos ditos abjetos e sem perder o olhar crítico ao surgimento de possíveis homonormatividades. O interessante desta leitura é verificar como sempre existe um risco eminente na constituição de normatividades quando o olhar crítico não está atento para perceber a instituição de uma macro política que abafa questões menos visíveis.

Como referência de fonte de pesquisa e metodologia, o livro de Colling nos apresenta uma obra completa desde os princípios que norteiam a pesquisa até as suas mudanças mais relevantes, fazendo com que o leitor tenha uma importante noção de como um plano de trabalho pode sofrer mudanças em seu percurso com o surgimento de novas perguntas ao lidar com o próprio fazer. Vale a leitura da obra também em função de compreender melhor e mais profundamente alguns aspectos que aqui foram apontados, bem como uma maior aproximação sobre a existência dos movimentos *queer* e LGBT existentes nos países que foram

² Essa é uma fala de Marlene Wayar, uma das entrevistadas da pesquisa, travesti ativista que, integrou a Frente pela Lei de Identidade de Gênero

retratados. Outra forte indicação se justifica pela riqueza de referências permeadas por todo o livro, que se constitui não só em títulos de obras, mas também de nomes de pessoas que movimentam fortemente os ativismos em Portugal, Espanha, Chile e Argentina.

Referência

PAREYSON, Luigi. Os problemas da estética. São Paulo: Martins Fontes, 1997